

ANA CRISTINA DE C. CANTADOR

O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE
CARÁTER AUDITIVO INCLUSO NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada para obtenção
do título de Pós-Graduação em
Educação Inclusiva pela Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Maria Beatriz S. F. Ale

ARAUCÁRIA

2005

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Beatriz S. F. Ale pela orientação, pelas sugestões, correções e antes de tudo, pela confiança depositada em mim e em meu trabalho.

Ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de pesquisa e reflexão.

Aos queridos alunos entrevistados e respectivos pais, sem os quais esta monografia não teria sentido.

À Rede Municipal de Ensino e à Escola Municipal Juscelino K. de Oliveira pela disposição e boa vontade com que me atenderam.

Aos meus filhos Samuel e Vinicius peço perdão pela ausência e agradeço pela paciência que tiveram comigo nos momentos de angústia. Vocês são o meu bem maior, minha alegria e a certeza de que o amor possibilita a concretização de todos os objetivos.

À minha mãe que com sua doçura e sapiência sempre me incentivou.

E ao meu marido pela paciência, incentivo e ajuda que sempre me ofereceu.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	3
2.1 O PORTADOR DE SURDEZ.....	6
3. A EDUCAÇÃO E O PORTADOR DE SURDEZ.....	8
3.1 ESCOLAS ESPECIAIS PARA O PORTADOR DE SURDEZ.....	11
3.2 ESCOLAS REGULARES.....	13
3.3 DIFICULDADES ESCOLARES DO PORTADOR DE SURDEZ.....	14
3.4 INTEGRAÇÃO DO PORTADOR DE SURDEZ NA ESCOLA.....	15
4. METODOLOGIA.....	19
5. DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	21
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	22
6.1 ENTREVISTA COM OS ALUNOS.....	23
6.2 ENTREVISTA COM OS PAIS DOS ALUNOS.....	25
6.3 ENTREVISTA COM AS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS.....	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

ANEXOS

ANEXO – 1 ENTREVISTA COM OS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE CARÁTER AUDITIVO

ANEXO –2 ENTREVISTA COM OS PAIS DOS RESPECTIVOS ALUNOS

ANEXO –3 ENTREVISTA COM OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA PREFEITURA DE ARAUCÁRIA

ANEXO – 4 GRÁFICOS

TABELA II - HISTÓRICO FAMILIAR E PESSOAL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

RESUMO

Este trabalho apresenta os aspectos relativos ao processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais de caráter auditivo no ensino regular, nas escolas de Araucária, Paraná.

Foram questionados dez alunos portadores de surdez na faixa etária de 08 a 16 anos, dos quais sete são inclusos no ensino regular e freqüentam escola especial; dois são egressos do ensino regular, mais ainda em escola especial e um é desistente dos dois sistemas de ensino. Paralelamente, também, foram entrevistados os pais destes alunos e coordenadoras pedagógicas do Ensino Especial da Prefeitura de Araucária.

Observou-se que a inclusão de alunos surdos no ensino regular é prática cada vez mais comum, no entanto, esta não está sendo realizada de maneira adequada a fim de lhes garantir o sucesso escolar, uma vez que se tem observado nas escolas regulares um despreparo dos professores e da própria estrutura curricular.

Para que a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais de caráter auditivo no ensino regular seja realizada de maneira significativa e satisfatória, faz-se necessária uma adequação do professor de ensino regular, da escola e de todos os profissionais envolvidos neste processo.

1. INTRODUÇÃO

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), aceita-se mundialmente a estimativa de que cerca de 10% das populações apresentam alguma excepcionalidade, portanto, é necessário que as pessoas se conscientizem de que a questão da excepcionalidade é mais extensa e complexa do que se imagina. Baseando-se, ainda, em dados da OMS, estima-se que devam existir mais ou menos 15 milhões de pessoas com algum tipo de perda auditiva no país, sendo 350 mil indivíduos que nada ouvem. O número de pessoas afetadas pela deficiência auditiva está proporcionalmente relacionado com o grau de desenvolvimento do país. Nos países desenvolvidos este número pode chegar a 4 em cada 1000 habitantes.

A partir de 1994, com a Lei de Diretrizes e Bases da Declaração de Salamanca – Espanha, iniciaram-se questionamentos sobre o que seria “incluir” o portador de surdez. Algumas pessoas envolvidas neste processos confundem inclusão, com o fechamento das escolas especiais. Percebe-se que defender a educação “exclusivamente” na escola comum e não “preferencialmente” como quer a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996¹, ainda é uma tendência que gera desconfortos em entidades, pais e professores envolvidos no processo da integração. Além disso, tem-se discutido que a

¹ A nova de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), nos indica de maneira clara os caminhos a serem percorridos. Aliás, os mesmos conceitos, inclusive de uma forma mais detalhada, vêm também expressos na Lei nº 7.853, de 1989, conhecida como Lei da CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoas Portadora de Deficiência).

Assim, lê-se o seguinte na LDB, em seu artigo 58 e parágrafos:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

inclusão/integração não deve estar restrita ao universo educacional, mas envolve diferentes dimensões da vida do indivíduo portador de necessidade educativas especiais.

Neste sentido a Liga das Associações Pró-Pessoas com Deficiência² defende quatro princípios básicos: inclusão – cidadania plena – auto-determinação – apoio à família.

Os modelos de inclusão diferem entre os países, e o Brasil vem tentando achar seus próprios caminhos para otimizá-la.

Na Itália as escolas especiais foram fechadas, enquanto que na França existe um Centro Médico Educacional onde os portadores de deficiências recebem todo o atendimento necessário. Já em Israel aprovou-se recentemente uma lei, onde o portador de necessidades especiais recebe atendimento em escolas especiais quando necessário. Dos diferentes modelos citados, o Brasil tem adotado a mesma postura de Israel, procurando classificar o tema inclusão para pais e educadores.

Ainda se está num momento de estudar a lei que rege a inclusão, uma vez que diferentes interpretações vem sendo atribuídas à mesma. O que a Lei nº 9394 aponta com a inclusão, é proporcionar às pessoas portadoras de deficiência, qualidade de vida, oferecendo uma educação dinâmica e flexível. O portador de necessidades educativas especiais tem o direito de frequentar uma escola especial, onde receberá atendimento especializado voltado para suas necessidades, classes especiais regidas por professores competentes e/ou ser incluído em classes comuns, tendo suas necessidades educativas respeitadas.

² O Brasil faz parte da entidade internacional denominada Inclusão Internacional (Liga Internacional) de Associações Pró-Pessoas com Deficiência Mental). Quatro princípios são defendidos em contexto mundial a saber:

- I. Inclusão:** serviços devem incluir pessoas com deficiência em todos os aspectos de sua vida comunitária
- II. Cidadania-plena:** busca dos direitos fundamentais durante a caminhada pela vida.
- III. Auto-determinação:** as pessoas com deficiência mental sabem o que querem.
- IV. Apoio à família:** trabalhar juntos para melhorar a qualidade dos serviços ofertados nas diversas áreas.

Todas as crianças são diferentes. Educacionalmente falando, é necessário compreender as suas necessidades e elaborar ou adaptar um plano educacional adequado ao mesmo.

A simples colocação física da criança com necessidades educativas especiais na classe regular não é, de forma alguma, garantia de sucesso escolar.

Pelo contrário, caso a Escola não consiga ou possa proporcionar a estas crianças uma educação apropriada, então o “despejá-la” na classe regular constituirá um ato irresponsável (CORREA, 1997).

Em suma, a conceituação da excepcionalidade só pode se contrapor à uma visão abstrata se ela estiver incorporado o processo pelo qual esses indivíduos constroem suas vidas, pois... “A criança não nasce com órgãos preparados para cumprir funções que representam o produto do desenvolvimento histórico do homem; estes órgãos se desenvolvem durante a vida da criança, derivam da sua apropriação da experiência histórica (Leontiev, 1977, p. 113). A excepcionalidade, dentro desta visão, engloba, portanto, sujeitos que tem características pessoais que, conjugadas às construídas nas e, até mesmo produzidas pelas exigências sociais interferem no seu processo de humanização (BUENO, 1993).

O desinteresse do aluno portador de surdez pelo ensino regular bem como o alto índice de repetência e desistência do caminho acadêmico, foram os grandes motivos geradores desta pesquisa. Pergunta-se então: seria esse desinteresse um mascaramento para as dificuldades?

Os atos legislativos – Declaração de Salamanca – Espanha (1994) – Lei de Diretrizes e Bases, propõe a inclusão do individuo portador de necessidades educativas especiais nas escolas regulares, porém, o despreparo dessas instituições educacionais,

como o desconhecimento das características da surdez, o uso inadequado de metodologias, a dificuldade de comunicação, são alguns dos impedimentos para a satisfatória integração.

Aprendentes e ensinantes deparam-se com o medo da constatação do fracasso e a práxis educativa segue sem reflexões que possam modificar este paradigma.

Questionar o indivíduo portador de surdez, na faixa etária de 08 a 16 anos, freqüentando ou não o ensino regular trará à tona um novo fator para a análise desta problemática.

Profesores, alunos e instituições se beneficiarão, uma vez que sabendo das dificuldades, anseios e expectativas deste indivíduo portador de necessidades educativas especiais, repensarão o ensinar/aprender e isto refletirá de maneira diferenciada na cultura escolar.

Assegurar à pessoa portadora de surdez a escolarização é permitir a ela o exercício da cidadania. Não basta ela “estar” na escola, ela necessita adquirir os conhecimentos acadêmicos ofertados aos alunos ouvintes e se apropriar deles para a sua vida futura.

Partirmos do pressuposto de que este estudante, necessita ser ouvido a cerca dos aspectos positivos e negativos, relativos à inclusão no ensino regular.

O objetivo principal deste trabalho, portanto, é discutir quais os obstáculos que os alunos portadores de necessidades educativas especiais, de caráter auditivo, encontram para integrar-se nas escolas regulares de 1º Grau na cidade de Curitiba, Paraná.

Esta pesquisa pretende apreender, a partir do discurso do portador de necessidades educativas especiais de caráter auditivo, sua visão sobre o processo de inclusão no ensino regular e buscar as causas das dificuldades e/ou fracasso escolar e o significado que estes têm para a vida destes estudantes. Pretende, ainda, levantar aspectos teóricos sobre o processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais de caráter auditivo,

no ensino regular; investigar as variáveis que impossibilitam ou impossibilitaram esses indivíduos de se desenvolverem academicamente e por fim, problematizar no universo educacional os aspectos que interferem no desempenho escolar do portador de surdez.

2. O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O conceito de necessidades educativas especiais (NEE), surge de uma evolução nos termos até então utilizados e vem a responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, no que diz respeito à não discriminação, entre outros, das características intelectuais e físicas a toda criança e adolescente em idade escolar.

A criança e o adolescente com NEE, têm, como quaisquer outros alunos, direito a um programa de educação público, adequado e gratuito, num meio de aprendizagem o mais adequado possível, que responda às suas necessidades educativas e ao seu ritmo e estilos de aprendizagem.

De acordo com Marchasi e Martin... “alunos com NEE são os que apresentam um problema de aprendizagem, durante o seu percurso escolar, que exige uma atenção mais específica e uma gama de recursos educativos diferentes daquele necessários para os seus companheiros da mesma idade”.

As necessidades educativas especiais podem ser divididas em dois grandes grupos, as permanentes e as temporárias e classificadas com relevância aos tipos e categorias elas englobam, todas elas relacionadas com um possível insucesso escolar. Estas categorias estão resumidas da seguinte maneira: autismo; traumatismo craniano; de carácter intelectual (deficiência mental, dotados e superdotados); de carácter sensorial (cegos e

amblíopes; surdos e hipoacústicos); de caráter emocional (psicoses; outros comportamentos graves); de caráter motor (paralisia cerebral, spina bífida; distrofia muscular, outros problemas motores); outros problemas de saúde (sida, diabetes, asma, hemofilia, problemas cardiovasculares, cancro, epilepsia,etc.) de caráter processológico (dificuldades de aprendizagem).

De acordo com CORREIA, 1997, por ano, cerca de 15% de crianças e adolescentes em idade escolar apresentam algum tipo de NEE, o que equivale a 250.000 alunos por ano. Com relação aos portadores de NEE de caráter auditivo, estes representam cerca de 1,3 % destas crianças e adolescentes.

2.1 O PORTADOR DE SURDEZ

Existem no Paraná um total de 914.220 deficientes, que representam 10% do total da população do Estado (9,14 milhões de habitantes). Em Curitiba também 10% do total de 1,5 milhão de habitantes são deficientes, ou seja um total de 151.645 portadores de deficiência que moram na capital. Dentre estes, cerca de 14% tem idade inferior a quatorze anos e 19% tem idade superior a 55 anos. (SISTI, 1998).

Veja os números na tabela abaixo:

TABELA I – NÚMERO TOTAL DE DEFICIENTES NO PARANÁ E CURITIBA		
DEFICIÊNCIA	PARANÁ	CURITIBA
MENTAL	457.110	75.823
FÍSICA	182.844	30.329
AUDITIVA	137.133	22.747
MÚLTIPLAS	91.422	15.164
VISUAL	45.711	7.582

* Fonte: Jornal O Estado do Paraná, 1998.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população brasileira possui algum tipo de deficiência – 5% são deficientes mentais, 2% têm deficiência física, 1,5 deficiência auditiva, 1% é deficiente múltiplo e 0,5 têm deficiência visual (SISTI, 1998).

O indivíduo portador de surdez é aquele que possui um certo grau de perda auditiva. Surdez ou perda auditiva, portanto caracteriza-se pela diminuição, em grau mais ou menos intenso da percepção do som, atingindo o ouvido externo e/ou médio. Pode ocorrer em função de lesões em células sensitivas ou no nervo auditivo e ainda pode envolver esses dois tipos de problemas (DIAS, 1995)

O déficit auditivo pode ser definido como perda média em decibéis, na zona convencional (frequência de 500- 1.000-2.000) para o melhor ouvido. De acordo com o grau, as perdas auditivas podem ser classificadas desta maneira:

Surdez leve - Indivíduo com perda de até 40 decibéis. A criança não percebe igualmente todos os fonemas da palavra, não ouve a voz fraca ou distante, o que não impede a aquisição normal da linguagem, mas pode gerar dificuldades na leitura e/ou escrita.

Surdez média ou moderada – Indivíduo com perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. A criança percebe a voz com certa intensidade sonora, identificando as palavras mais significativas. Apresenta dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos, atrasando sua aquisição de linguagem.

Surdez severa – Perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. A criança identifica somente ruídos familiares e a voz forte. Pode adquirir a linguagem quando bem orientada e a sua compreensão verbal depende em parte da sua percepção visual.

Surdez profunda ou total – Quando o indivíduo apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. Esta criança não pode identificar a voz humana.

Na área da deficiência da audição, as alternativas de atendimento estão relacionadas às condições individuais do educando. Para prescrevermos o atendimento aos portadores de surdez deve-se considerar fatores como o grau de perda auditiva e o comprometimento lingüístico, a época em que ocorreu a surdez e a idade na qual começou a educação especial desta criança.

3. A EDUCAÇÃO E O PORTADOR DE SURDEZ

Por muito tempo, a surdez esteve relacionada à deficiência mental. O despreparo dos profissionais ao atendimento do surdo e uma visão humanista/assistencialista discriminou e marginalizou o surdo como uma pessoa totalmente incapaz.

A diferença do portador de surdez em relação aos ouvintes é ausência da linguagem oral. A criança portadora de surdez profunda vai depender, para a sua educação, da visão e dos outros sentidos.

Tanto a criança ouvinte quanto a criança surda necessitam de um ambiente sadio adequadamente estimulante para que possam atingir a plenitude de seu desenvolvimento cognitivo. As diferenças ficam por conta das ações específicas que cada caso irá exigir (MIRANDA, 1993).

Uma análise da situação da educação especial no Brasil evidencia um progresso, mas com inúmeras dificuldades como a escassez de recursos financeiros para os programas de Educação Especial de Integração; a descontinuidade dos planejamentos e ações por mudanças administrativas; a limitação de oportunidades de educacionais decorrente do

desequilíbrio geográfico, social e econômico; a falta de informação em relação às necessidades educacionais dos portadores de deficiências, gerando desinteresse e resistência da maioria das escolas da rede regular de ensino na aceitação dos alunos; o diagnóstico tardio, prejudicando o atendimento em tempo hábil; despreparo dos docentes e técnicos das escolas regulares para atender aos portadores de deficiência devido à inadequação curricular da escola Normal e dos cursos de Licenciatura; inadequação dos currículos e programas, necessários no processo de integração, por meio do ensino aprendizagem; inadequação da rede física, falta de material, equipamento e atendimento especializado dificultando o acesso, permanência e percurso dos portadores de deficiência na escola regular e por fim a desinformação da sociedade e da comunidade escolar, que não estão preparadas para o desafio da integração social o que as leva a desenvolver atitudes inadequadas em relação aos portadores de deficiências (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993).

Especificamente com relação ao aluno com necessidades educativas especiais ou portador de excepcionalidade, a educação acontece em três contextos especiais. O primeiro deles é a classe comum da escola regular, uma vez que muitos destes alunos têm plena condição de freqüentar esse tipo de ensino. O segundo é o que podemos chamar de classe especial da escola regular que reuniria um grupo de alunos com características e dificuldades muito semelhantes. A terceira possibilidade é o atendimento educacional em uma escola especializada. Para a educação das pessoas portadoras de deficiência estar bem estruturada, faz-se necessário, no entanto, a existência destas três alternativas educacionais (ARNS, 1998).

A ineficiência das escolas especiais como um todo, não se diferencia da ineficiência da escola regular: está voltada para a parcela da população que a política

assistencialista, elitista e exclusivista do país objetiva manter fora do acesso à cultura, utilizando-se das mais diferentes formas, entre elas, a seletividade escolar (BUENO, 1993).

O paradigma oralismo/gestualismo vem sendo discutido desde o início da história da educação de surdos. No segundo Congresso Internacional sobre educação de surdos, realizado em 1880, em Milão, a visão oralista se impôs, com as teses de que só a fala permite a integração do surdo à vida social e de que os sinais prejudicam o desenvolvimento da linguagem, bem como a precisão das idéias.

O oralismo, nas suas diversas configurações passou a ser amplamente criticado pelo fracasso em oferecer condições efetivas para a educação e o desenvolvimento da pessoa surda. Entre as muitas críticas, aponta-se o fato de que, embora pretenda proporcionar a aquisição da linguagem oral como forma de integração, esse trabalho educacional acentua, ao invés de eliminar, a desigualdade entre surdos e ouvintes quanto às oportunidades de desenvolvimento.

Isto conduziu, então, a propostas de ampliação dos recursos comunicativos. A corrente de comunicação total, que passa a expandir-se neste século, defende o uso de múltiplos meios de comunicação. Marchesi (1987) aponta a diversidade desses sistemas: língua falada (codificada em sinais); língua falada sinalizada exata (variante do sistema anterior em que se busca a reprodução precisa da estrutura da língua); associação de códigos manuais para auxiliar na discriminação e articulação de sons; e combinações diversas de sinais, fala, alfabeto digital, gesto, pantomima, etc. Dentre essas possibilidades, teve destaque a abordagem bimodal (falada e sinalizada). Segundo Marchesi & Behares... “estas práticas bimodais e outros procedimentos de comunicação total servem mais aos pais e professores ouvintes que aos próprios alunos surdos” (GOES, 1996).

Segundo BRITO, 1993, o bilingüismo, portanto, é a única solução para o surdo brasileiro, uma vez que os surdos em período escolar não sabem ler, interpretando apenas frases isoladas, até mesmo porque a leitura requer um profundo conhecimento da língua. Se o surdo fala, isto não quer dizer que tenha a língua da sociedade e que sejam verdadeiros leitores.

A preocupação com questões educacionais e procedimentos de instrução para pessoas surdas aparece em documentos apenas a partir do século XVI, quando começam a ser relatados casos de preceptores que se propunham a educar e desenvolver a fala de surdos da nobreza, como condição necessária para preservar seu lugar social ou seus direitos de herança.

De acordo com Ciccone, 1990 & Ferreira-Brito, 1993, no Brasil, a primeira escola para surdos foi fundada sob o governo de D. Pedro II, em 1856, no Rio de Janeiro, por E. Huet, um educador francês. A escola foi posteriormente denominada Instituto Nacional de Surdos-INES. Presumivelmente, a orientação educacional incluía o uso de sinais e não assumia diretrizes estritamente oralista (GÓES, 1996).

3.1 ESCOLAS ESPECIAIS PARA O PORTADOR DE SURDEZ

A escola especial para deficientes auditivos é aquela que dispõe de instalações, equipamentos, recursos didáticos e pessoal especializado e se propõe a atender portadores de surdez desde a mais tenra idade, visando propiciar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A escola especial deverá contar com uma equipe técnica multidisciplinar composta de professores, psicólogos, orientadores educacionais, assistentes sociais, fonoaudiólogo e

médico. Todo o pessoal docente deverá possuir qualificação necessária ao desempenho de suas funções.

A escola especial poderá funcionar em tempo parcial, integral ou pode ainda, prestar atendimento complementar aos alunos matriculados em escolas da rede regular de ensino. Deverá contar com salas específicas para atendimento dentre as quais: sala de atendimento coletivo e de atendimento individual, sala de estimulação, sala de ritmo e ainda, precisa estar preparada ao atendimento de todos os casos de surdez.

A escolha da metodologia de ensino varia de algumas entidades para outras, porém todas visam a inclusão do indivíduo surdo à sociedade, enfatizando a adaptação e o desenvolvimento de suas potencialidades. O método mais utilizado é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), mas ainda existe o Método Verbotonal, o Método Oral, a Comunicação total e o mais atual, também bastante utilizado: o Método Sylvestre.

A LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, é a língua natural dos surdos, tem sua aquisição de forma espontânea e consiste na manutenção de um diálogo sem som, fazendo movimentos no ar com as mãos, acompanhados de expressões corporais e faciais. No entanto, não é uma linguagem universal, cada país tem a sua e é uma forma de comunicação bastante complexa em aspectos gramaticais assim como as línguas orais (STROBEL, 1996).

STRINGUETO, 1998 explica o seguinte sobre o Método Sylvestre: ele consiste em associar a visão e o tato às vibrações da fala, de forma que o portador de surdez não só consegue entender o que se diz como também aprende a falar... “A criança coloca a mão na garganta do orientador e sente a vibração sonora enquanto pronunciam uma letra. Para estimular a memorização do som e associá-lo ao símbolo, o orientador mostra a letra e repete o som. O orientador embaralha as letras do alfabeto e pede para que a criança

selecione aquela que está sendo pronunciada. É uma maneira de aprender e, ao mesmo tempo, se divertir. As letras são substituídas por palavras, cores, formas geométricas e nomes. Durante a aula, pode ter outra pessoa repetindo o que o orientador requisita.”

3.2 ESCOLAS REGULARES

Para que o aluno com necessidades especiais de caráter auditivo possa freqüentar uma classe comum em escola regular é necessário que tenha sido preparado anteriormente, caso necessário, em uma escola especial que tenha um acompanhamento contínuo por partes desta última.

O mais aconselhável ao portador de surdez é que sua integração em uma escola regular seja iniciada somente após a aquisição da linguagem básica e do domínio da leitura e escrita. Caso contrário este aluno dificilmente terá condições de comunicar-se com os alunos ouvintes e seus professores, bem como, de participar das atividades curriculares da escola regular.

A sala a ser freqüentada pelo portador de surdez não deve ser exposta ao excesso de ruídos e precisa ser bem iluminada, principalmente com relação ao rosto de seu professor. Este aluno não deve ser tratado com distinção, colocado nos primeiros lugares da sala e de preferência, que mais de um aluno surdo possa freqüentar a mesma classe comum.

Enquanto escola regular, é preciso refletir, avaliar e propor princípios e objetivos que garantam o desenvolvimento do aluno no seu processo educacional. Algumas escolas inclusivas não apresentam ainda, condições plenas ao desenvolvimento das relações lingüísticas, sociais, culturais e políticas adequadas aos alunos surdos.

3.3 DIFICULDADES ESCOLARES DOS PORTADORES DE SURDEZ

A principal dificuldade que o aluno com necessidades educativas especiais de caráter auditivo enfrenta ao ingressar na escola regular é a barreira da comunicação e da linguagem a ser utilizada.

Segundo Vygotsky, a linguagem já estaria presente nas crianças aos seis meses. Em sua opinião,... “a linguagem tem um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores”, importantes na história do desenvolvimento da criança, iniciando-se assim, o processo da socialização da criança. Esta controla seu próprio comportamento e o ambiente através da linguagem.

A escola é a instituição que deve assumir o compromisso de tematizar a língua, ampliando a vivência desta enquanto instância de interação e significação, ou aprimorando a capacidade do aluno para tomá-la como objeto de conhecimento. Na escolarização regular de ouvintes, múltiplas questões constituem barreiras para o alcance desta meta. A situação, contudo, tornou-se mais complexa no caso de alunos surdos. Alguns autores defendem a necessidade da comunicação sinalizada nas escolas regulares. Afirma que as maiores implicações da integração de surdos em escolas inclusivas são em primeiro lugar lingüísticas, uma vez que a escola não é capaz de garantir aos alunos surdos a aquisição da primeira língua, a língua de sinais, como poderia então, garantir o processo de aquisição do português, uma segunda língua para os surdos. Implicações sócio políticas são outras, como por exemplo, a ausência de professores surdos integrados ao quadro da escola, e o fato da própria segregação do surdo na comunidade escolar. Outra grande dificuldade é a questão cultural, uma vez que a escola regular não abre espaços para a manifestação artística peculiar das pessoas surdas, que dependem da expressão em sinais. Com relação a

aspectos educacionais, por suas diferenças de expressão e de linguagem, estas acabam por gerar dificuldades muitas vezes usadas como justificativa do fracasso do processo educacional (PERLIN & QUADROS, 1997).

Se for considerada a efetivação de um trabalho educacional com e sobre a língua majoritária e a língua de sinais, mesmo o professor que se dispõe a utilizar sinais geralmente não se envolve no uso efetivo da língua de sinais da comunidade de surdos. Ademais, aprender uma língua implica considerar um certo modo de significar o mundo através da linguagem, aprender a aceitar que o mundo possa ser visto com outro olhar, o olhar do outro, o olhar da pessoa surda (GÓES, 1996).

3.4 INTEGRAÇÃO DO PORTADOR DE SURDEZ NA ESCOLA REGULAR

A inclusão é assunto discutido desde a década de 1960 e a problematização tem se aprimorado nos dias atuais.

No Brasil, as Leis 4.024/61 e 5692/71, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional têm por filosofia a integração do aluno portador de deficiência nas escolas regulares, de forma que possam ser atendidos segundo princípios básicos de normalização, integração e individualização, o que significa dar condições a estes alunos, similares às condições normais da sociedade em que vive.

Os principais objetivos da integração do deficiente auditivo no sistema de ensino regular são a socialização; a aquisição de hábitos e atitudes das crianças ouvintes; o desenvolvimento da leitura oro-labial-facial e o desenvolvimento da linguagem interior e falada. Para que a integração obtenha êxito é necessário estabelecer, para cada caso, o

momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum (LEAL, 1985).

Integração é um fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional. Integração é, por si, o processo e a normalização o seu objetivo.

A iniciativa de inserir o aluno surdo nas classes de ensino regular é justificada, muitas vezes, em termos de uma visão de integração enquanto oferta de oportunidades uniformes e de tratamento do diferente como igual. Daí a relevância da escola especial, que torna possível o uso da língua de sinais da comunidade de surdos, preservando sua integridade cultural e favorecendo o acesso a conhecimentos nas áreas curriculares (GÓES, 1996).

Vygotsky, afirma que... “A inserção na escola regular, pelo menos tal como organizada neste momento, leva a acentuar discrepâncias de oportunidades e, portanto, a segregar. Faz-se necessário um grande cuidado em projetos deste tipo, porque se os caminhos oferecidos são iguais, impede-se o alcance de metas iguais, invertendo-se a tese de metas comuns e caminhos diferentes” (BUENO, 1993).

As trocas comunicativas entre surdo e ouvinte são o fator mais importante de integração, além de ser negligenciada a interação da pessoa surda com outros surdos. Isto significa que está em causa a própria forma de se conceber a pessoa surda (GÓES, 1996).

Para que ocorra a integração autêntica do portador de deficiência na sociedade, dois conceitos básicos devem ser levados em conta. Um deles é que o problema do portador de deficiência não se localiza nele enquanto indivíduo, mas nos ambientes físico e humano e em alguns mecanismos de controle social. Outro é o conceito do “empowerment”, ou seja,

o processo pelo qual o indivíduo ou um grupo de indivíduos utiliza o poder pessoal, inerente à sua condição (no caso, deficiência física, mental e/ou sensorial), para fazer escolhas, decidir por si mesmo e assumir o controle de sua vida (SASSAKI, 1997).

Deve ser necessário, no entanto, uma vez que este aluno tenha ingressado em uma escola de ensino regular, que paralelamente se faça um atendimento especializado. Tal atendimento precisa estar centrado nos processos de desenvolvimento da linguagem e também deve auxiliar nas dificuldades com relação ao currículo do ensino comum. Junto a isto, faz-se necessário um supervisor ou orientador especializado, que possa atuar como elemento de ligação entre a escola regular a escola especializada, além de apoiar o portador de surdez e sua família, a escola regular e os seus professores que o recebem para a integração.

PIGLIACAMPO, 1997 diz que na Itália, por exemplo, as escolas regulares, pela falta de uma pedagogia especial e adequada aos surdos, acabaram por promover uma “falsa” integração destes alunos!

A integração do deficiente auditivo aos sistemas de ensino regular é um processo individual e dependem do grau e tipo da perda auditiva, da idade em que esta ocorreu e da época em que o deficiente auditivo começou sua educação especial. Em cada caso deverá ser estabelecido o momento oportuno para que o educando comece a frequentar a classe especial comum (LEAL 1985).

Apesar da tendência educacional hoje ser a integração/inclusão, isto nem sempre funciona para todos os grupos de pessoas, uma vez que existe uma variedade razoável de diferenças lingüísticas e culturais que acabam por gerar grandes dificuldades. Uma coisa deve ficar bem clara: integrar ouvintes e surdos ao nível físico é bastante fácil, mas não em

termos de comunicação, onde é extremamente difícil manter a integridade mental, espiritual e social, uma vez que a falha nas necessidades comunicacionais é muito severa.

A Educação Especial, para se integrar de fato, ao movimento de democratização da escola no Brasil, que incorpore a criação de condições efetivas de escolarização daqueles que possuem características próprias que interferem em seu processo de aprendizagem, não pode manter seu papel de suporte dos rejeitados da escola regular como uma instância isolada que se volta unicamente para as manifestações peculiares gerada por suas diferenças pessoais. Ao mesmo tempo, é preciso se integrar na luta pela extensão e qualificação da escola pública, única forma para se encaminhar, de fato o problema do acesso ao conhecimento daquela parcela da população que, em razão de uma política que tem concretamente obstaculizado esse acesso aos membros das camadas populares, quer sejam normais ou excepcionais (BUENO, 1993).

É primordial, que toda a sociedade e, principalmente os pais do portador de surdez, sejam conscientizados da necessidade de uma integração precoce do surdo com os ouvintes para que o contato entre ambos seja considerado uma coisa natural e para que cheguem espontaneamente à conclusão de que suas necessidades e sentimentos são semelhantes. Esta integração com a sociedade proporcionará aos surdos a restauração de seus direitos humanos, diminuição de seus problemas psicológicos, favorecimento de seu aprendizado, de possibilidade de seu aproveitamento futuro na vida prática impedindo sua marginalização social, diminuição da excessiva dependência dos pais, maior experiência social, elevação de seu nível intelectual, maior variedade de atividades complementares e de cursos superiores à sua escolha (MIRANDA, 1993).

A inclusão do portador de surdez não deve estar restrita ao universo educacional, mas envolver diferentes dimensões da vida deste indivíduo.

4. METODOLOGIA

Foram elaborados questionários com dez perguntas relativas (a) vida acadêmica do estudante surdo (ANEXO 1). Responderam a eles, dez portadores de surdez. Sete estão inclusos no ensino regular e freqüentam escola especial. Dois são egressos do ensino regular, mas continuam freqüentando escola especial e um deles é desistente dos dois sistemas de ensino.

Os alunos entrevistados encontram-se na faixa etária de 08 a 16 anos.

Paralelamente, entrevistou-se os pais destes alunos, os quais responderam a dez perguntas norteadoras, relativas (a) inclusão e integração de seu filho portador de NEE, no ensino regular (ANEXO 2).

Um terceiro questionário foi elaborado e respondido por coordenadoras pedagógicas de Educação Especial da Prefeitura Municipal de Araucária (ANEXO 3).

Alguns gráficos referentes (as) perguntas mais significativas da entrevista realizada com os alunos e seus respectivos pais foram realizados (ANEXO 4).

Para manter-se a privacidade dos alunos entrevistados e de seus pais, estes tiveram seus nomes trocados.

Os dados referentes ao histórico familiar dos alunos entrevistados foram obtidos através do Setor Social (TABELA II).

Utilizou-se como fonte teórica e de consultas literária as seguintes obras abaixo?

ARNS, Flávio *“A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação”*. Brasília, 1997.

ARNS, Flávio “*O direito à educação da pessoa portadora de deficiência – Tendências e Perspectivas.*” Curitiba, 1998.

BAHAN, Bem “*A quem interessa a inclusão dos surdos em escolas de ouvintes?*”.

FENEIS, 1998.

BEE, Helen “*A criança em desenvolvimento*”. São Paulo, 1995.

BOUVETE, Daniele “*Língua de sinais e educação da criança da criança surda*”.

Rio de Janeiro, 1988.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro “*Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar.*” Artes Médicas,

Porto Alegre, 1995.

COUTO, Alpia “*Como compreender o deficiente auditivo*”. Rio de Janeiro, 1985.

KIRK, Gallagher “*A educação da criança excepcional.*” 1997.

LAFON, Jean Claude “*A deficiência auditiva na criança*”. São Paulo, 1989.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL. “*Fundamentos teórico-metodológicos para a
Educação Especial*”. Curitiba, 1994.

STROBEL, Karin Lílian & DIAS, Silvania Maia *“Surdez: Abordagem Geral.”*

Curitiba, FENEIS, 1995.

STROBEL, Karin Lílian *“A análise das dificuldades escolares dos surdos*

brasileiros e a importância de LIBRAS no ensino.” Belo Horizonte, FENEIS,

1995.

5. DEFINIÇÃO DE TERMOS

ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS é aquele que requer intervenções pedagógicas, temporária ou permanentemente, para superar ou minimizar suas dificuldades, é a que necessita de recursos assistenciais e educativos adicionais e especiais, diferentes dos comumente disponíveis para a pessoa considerada “normal” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993).

CLASSE COMUM OU REGULAR é a alternativa de atendimento, em classe de o ensino regular, para alunos com necessidades especiais. Esta alternativa exige recursos especializados, podendo ocorrer em qualquer faixa etária e nível de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993).

EDUCAÇÃO ESPECIAL é um “continuum” de providências que proporcionem à criança não só a ajuda temporária ou atendimento permanente, mas um longo período de adaptação ao currículo comum (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993).

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO (INCLUSÃO) é a incorporação física e social das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, é o processo contínuo que se amplia a cada dia e a cada situação, portanto, não deve e não pode limitar-se apenas ao período de escolarização (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993).

SURDO OU PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA é o aluno cuja sensibilidade auditiva é muito baixa ou inexistente, quando determinada pelo nível médio de percepção de um estímulo sonoro (CORREIA, 1997).

6. ANÁLISE DOS DADOS

- Como a surdez pode influenciar no desenvolvimento do aluno no ensino regular?
- Quais as causas que fazem o aluno portador de necessidades educativas especiais de caráter auditivo desistir do ensino regular?
- Que fatores permitem à criança portadora de surdez, adquirir os conhecimentos acadêmicos ofertados aos alunos ouvintes sem que haja defasagem nesse processo?

- Como abordar uma criança portadora de necessidades auditivas especiais de caráter auditivo?

Estas foram às perguntas que nortearam a pesquisa e às quais procurou-se responder através das entrevistas realizadas com os alunos portadores de necessidades educativas especiais, seus pais e alguns coordenadores de ensino.

6.1 ENTREVISTA COM OS ALUNOS

Na primeira pergunta, sobre qual escola o aluno frequenta, sete alunos responderam que estão inclusos no ensino regular e frequentam escola especial; dois são egressos do ensino regular, embora ainda frequentando escola especial e um aluno é desistente de ambos os sistemas de ensino.

Na segunda pergunta foi-lhes questionado se eles sabiam quantos professores possuem e os seus nomes. Somente dois não sabiam o número e o nome de seus professores.

A terceira pergunta referia-se aos amigos ouvintes de sua escola e a comunicação que havia entre eles. Seis responderam que possuem amigos ouvintes e que se comunicam com eles, dois alunos não responderam à pergunta e dois alunos não possuem amigos ouvintes. Um destes ainda respondeu que não se comunica com os colegas ouvintes porque não sabe falar. Dos seis alunos que se comunicam com os demais colegas ouvintes, quatro oralizam, um comunica-se com a ajuda de um intérprete e outro comunica-se pela escrita. Entretanto, destes seis, somente um respondeu que seus amigos ouvintes entendem

realmente o que ele diz. No demais, a comunicação não é efetiva, ou seja, os alunos ouvintes muitas vezes não entendem os alunos surdos.

A quarta pergunta referia-se às atividades que os alunos mais gostavam e as que não gostavam. Dois alunos não responderam a pergunta, cinco responderam que as atividades associadas a brincadeiras e as aulas de Educação Física eram as que eles mais apreciavam e um deles respondeu que gostava muito de aprender e escrever. O que eles não gostavam eram as brigas que ocorriam entre eles e os alunos ouvintes, alguns os chamam de “chatos, outros até jogam “papéis” sobre eles e um deles ainda respondeu que não gostava das aulas de Ciências. Quanto à sua participação em brincadeiras, um aluno não respondeu a pergunta, cinco participavam em brincadeiras com seus colegas ouvintes e somente um aluno (egresso), disse que brincava separado dos demais colegas ouvintes porque estes não o aceitavam nas brincadeiras.

A quinta pergunta era se os alunos conseguiam entender o que sua professora falava e se esta os entendia. Dois alunos não responderam. Dois alunos responderam que eles e suas professoras se entendiam muito bem, um destes ainda explicou que a comunicação entre eles era através da escrita. Quatro responderam que eles quase não entendiam sua professora, mas esta os entendia, um respondeu que ele entendia a professora, mas ela não o entendia e somente um deles respondeu que nem seu professor conseguia se entender.

A sexta pergunta referia-se às matérias que eles mais apreciavam e que menos gostavam. Dois alunos não responderam. A mais fácil, respondia por seis dos alunos, foi Matemática e a mais difícil foi o Português, seguido, respectivamente por História, Geografia e Ciências.

Na pergunta sete, os alunos foram questionados sobre como gostariam que a professora lhes explicasse a matéria. Um aluno não respondeu. Quatro alunos responderam que gostariam de uma ajuda especial de seus professores, dois alunos falaram que preferem aprender com sinais e um aluno acha que escrevendo no quadro-negro é a forma ideal para ele aprender. Um dos alunos não entendeu a pergunta.

A oitava pergunta referia-se sobre o que seria uma escola ideal para estes alunos. Dois alunos não responderam a pergunta. Um respondeu que a escola ideal é aquela onde se têm amigos. Um aluno respondeu que ideal é a escola especial. Dois alunos acham que ideal é a escola onde se aprende um ofício e um aluno considera a escola regular a ideal para ele.

Na nona pergunta, os alunos responderam qual a diferença, para eles, da escola de surdos e da escola de ouvintes. Somente um aluno não respondeu a pergunta. Seis alunos acham que a diferença está na presença de alunos ouvintes em uma e ausência em outra e um aluno não soube a diferença porque não ouve!

N décima pergunta, sobre fazer faculdade e ter uma profissão, dois alunos não responderam. Seis alunos não querem fazer faculdade porque consideram muito difícil. Dois pretendem fazer faculdade, para ter uma profissão. Quanto à profissão pretendida, nenhum respondeu uma profissão na qual haja a necessidade de estudar ou seguir adiante com os estudos de primeiro grau.

6.2 ENTREVISTA COM OS PAIS DOS ALUNOS

Na primeira pergunta, sobre a maneira pela qual eles se comunicam com seus filhos, cinco dos pais responderam que se comunicam com seus filhos através da fala. Quatro pais oralizam e também usam sinais (LIBRAS).

Na segunda, sobre a comunicação com os vizinhos e colegas, esta é realizada através da fala por cinco dos alunos. Dois utilizam sinais. Um associa fala a sinais e um respondeu que não possuem vizinhos, pois moram afastados.

Na terceira pergunta, os pais deveriam responder se possuem o hábito da leitura. Sete pais responderam que lêem, quatro lêem a Bíblia ou livros bíblicos e três se interessam por revistas e jornais. Dois não estão acostumados a ler e um dos pais não respondeu.

A quarta pergunta referia-se à inclusão de seu filho na escola regular e os problemas que estariam associados neste processo inclusivo. Dois pais afirmam que está sendo um processo muito bom para seus filhos. Um deles explica que o maior problema foi encontrar vaga na rede estadual de ensino, pela falta de um profissional qualificado. Por isto, sua única alternativa foi matricular seu filho em uma escola particular de ensino. Quatro dos pais consideram o processo de inclusão pelo qual seu filho está passando, de certa forma boa. Um dos pais acredita que este processo vem ocorrendo bastante complicado para ele e para o seu filho na escola regular e este não tem tempo suficiente para dar maior apoio a seu filho. Outro pai queixou-se que a professora do ensino regular não estava preparada para se comunicar com seu filho e por isso se recusa a ir à escola. Dois pais acham a inclusão regular, pois seus filhos precisam de maior atenção e sofrem bastante a discriminação dos colegas ouvintes. Um dos pais entrevistados considera o processo de inclusão bastante sofrível, uma vez que seu filho encontra muitas dificuldades para aprender e mesmo acompanhar os demais colegas. Um dos pais não respondeu a pergunta.

Na quinta pergunta, sobre a orientação que os pais receberam sobre o processo pelo qual seus filhos passariam durante a inclusão, dois dos pais não haviam recebido

informação alguma da escola regular, três pais só receberam informações da escola especial. Quatro pais foram informados pelas escolas regulares que este seria um processo bastante lento e difícil e que o papel dos pais era muito importante nesta adaptação de seus filhos, além disso, foram aconselhados a terem bastante paciência e a participarem ativamente com os filhos em suas atividades. Um dos pais não respondeu a pergunta.

A sexta pergunta referia-se à maneira pela qual a inclusão seria feita e qual a assistência que seria oferecida a seus filhos. Seis dos pais não sabem nada a respeito do processo de inclusão de seus filhos nas escolas regulares e também não sabem qual a assistência dada aos alunos portadores de surdez nestas escolas. Dois pais sabem como este processo é feito e dois pais não responderam a pergunta.

Na sétima pergunta foi-lhes questionado o papel da escola na vida de seus filhos. Todos os pais foram unânimes em afirmar que a escola deve educar, mas deve fazê-la juntamente com o apoio dos pais. A escola tem que lhes oferecer os meios necessários para que possam desenvolver-se e tornarem-se bons profissionais. Muitos destes pais esperam que com o estudo seus filhos possam ter maiores chances de se dar bem na vida e passar por menos dificuldades que eles próprios. Um dos pais não respondeu a pergunta.

A oitava pergunta foi sobre como seria uma escola ideal para seus filhos. Um dos pais considera a escola regular que seus filhos frequentam a ideal para eles, dois consideram a escola especial a ideal e somente um dos pais acha que ideal é conciliar entre os dois métodos de ensino: a escola especial e a escola regular. Os demais consideram como ideal a escola que trata seus filhos surdos da mesma forma com que trata os alunos ouvintes, sem segregá-los, além disso, que lhes ofereça atendimento individualizado no auxílio de suas dificuldades.

Na nona pergunta, os pais responderam a respeito da orientação que eles dão a seus filhos para seu futuro profissional. Quatro pais responderam que ainda não tiveram a oportunidade de conversar com seus filhos a este respeito. Cinco pais estão sempre conversando com os filhos sobre o seu futuro e incentivando-os a estudar, serem responsáveis e irem à busca de uma profissão que lhes assegure felicidade e uma vida melhor eu a deles próprios.

Na décima pergunta, foi-lhes questionada a opinião a respeito do ingresso de seus filhos em uma Faculdade ou Universidade. Todos os pais responderam que acreditam que seus filhos possam ingressar em uma faculdade porque têm todas as condições para que isto ocorra. Eles além de sonharem com tal oportunidade fazem tudo o que lhes está ao alcance para que esta situação venha de fato a se concretizar. Acreditam, ainda, em uma “ajuda divina”, uma força superior que estará atuando em seus filhos nesta conquista. Um dos pais, discordando da opinião da mãe, no entanto, tem dúvidas quanto às chances reais de sucesso de seu filho no ingresso de uma faculdade, não por não acreditar nas potencialidades de seu filho, mas por desacreditar no sistema de ensino do país, que impõe ao deficiente barreiras muito difíceis de superar!

6.3 ENTREVISTA COM AS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS

Foi enviado à Rede Estadual de Ensino e à Rede Municipal de Ensino, o questionário com as perguntas a serem respondidas. Somente a primeira não nos enviou o questionário com as respostas.

A rede municipal de ensino respondeu-nos que vem desenvolvendo, nos últimos anos, inúmeras ações para que se torne integralmente inclusiva e os princípios que

norteiam esta proposta de inclusão, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação são os seguintes:

- “Reconhecimento da necessidade da “escola para todos”. Um lugar que inclua todos os alunos, sejam quais forem suas dificuldades, que apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais de cada aluno”.
- “Toda pessoa tem o direito fundamental à EDUCAÇÃO”.
- “Todo aluno possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os sistemas educacionais devem ser projetados e programas educativos implementados de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades”.
- “As escolas devem atender todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos”.
- “O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, mediante currículos adaptados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades”.

Segundo as respostas que nos foram dadas na Secretaria Municipal de Educação, vem sendo realizada a capacitação contínua de todos os profissionais envolvidos no processo educacional e atualmente, as escolas municipais contam com sessenta e dois (62) alunos com deficiência auditiva inclusos no ensino regular.

Quando foram questionados sobre a capacitação destes professores do ensino regular, foi-nos respondido que este ocorre através de palestras, cursos, consultorias, visitas às escolas e assessoramento individual e que antes de receber um aluno com necessidades educativas especiais de caráter auditivo, o professor regular recebe uma orientação prévia, a qual inclui temas bastante pluralizados, envolvendo, desde a área biológica até a humanística, com referenciais teóricos e também práticos de experiências bem sucedidas e profissionais qualificados de áreas afins.

Sobre o acompanhamento dos alunos surdos durante o processo de inclusão, as coordenadoras responderam que este é realizado por profissionais dos Centros Municipais de atendimento Especializado ou Escolas Especializadas que orientam as equipes pedagógico-administrativas e os professores das escolas regulares e os alunos são atendidos no contraturno. Além disto, a Gerência de Educação Especial presta também assessoramento às equipes das escolas que solicitam tal procedimento, atuando como apoio às instituições que atendem aos alunos portadores de surdez. O acompanhamento a estes alunos é realizado sempre que solicitado.

Afirmam, ainda, que acreditam estarem as escolas regulares do nosso município, preparadas para receberem o aluno portador de necessidades educativas especiais, uma vez que é grande o número de professores especializados na área de Educação Especial e os profissionais da educação vêm buscando a competência necessária a fim de melhor adequarem-se a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, emocionais ou mesmo lingüísticas.

A avaliação, de acordo com as respostas fornecidas pelas coordenadoras, vem sendo realizada de acordo com as necessidades individuais de cada aluno portador de surdez.

A posição da Secretaria de Educação em relação às propostas de inclusão é de que uma escola só se torna inclusiva, depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo aluno portador de necessidades educativas especiais, mais especificamente de caráter auditivo, em termos de estilo e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros termos de estilo e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos ou outros requisitos do princípio da inclusão conforme estabelecidos no documento “A Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Educativas Especiais”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da educação dos alunos portadores de surdez, em particular, vem sendo atravessada por diferentes discursos, muitos deles considerados cientificamente embasados, e assim, aceitos como verdades. Na prática, isto não vem ocorrendo!

Este trabalho mostrou-nos que o processo de inclusão, apesar de estar sendo realizado nas escolas de Curitiba, não apresenta, até o momento, um perfil de verdadeiro sucesso. Na verdade, as escolas inclusivas têm surgido como um paradigma. É desejável que a educação possa ser ofertada ao maior número possível de alunos independente de suas características sociais, culturais e até mesmo políticas, mas esta deve estar atenta aos grupos que se deseja direcionar. A inclusão deve ser feita, inicialmente, através de um diálogo e posteriormente discutida permanentemente entre os profissionais envolvidos com a educação inclusiva, alunos inclusos e suas famílias. Nem sempre o que significa ou garante o sucesso de um grupo de alunos ou pessoas significa o mesmo para o outro grupo.

As entrevistas realizadas com os alunos e respectivos pais revelaram-nos que as escolas da rede pública de ensino ainda não estão preparadas para receber o aluno surdo.

Não sabem lidar, ainda, com a instabilidade de possuírem, entre seus alunos ouvintes, crianças portadoras de surdez. Apesar de seu discurso, ainda não se mostraram efetivamente integradoras.

Na rede privada de ensino, parece haver maior coerência entre o discurso e a prática efetivada. Os alunos surdos que freqüentam a Escola mostraram-se muito bem adaptados, social e educacionalmente falando e o sucesso escolar lhes parece bem próximo de ser alcançado. Entretanto, não podemos esquecer a realidade social envolvida neste processo e que é bastante contrastante quando se comparam alunos que freqüentam a rede privada e a rede pública de ensino!

A inclusão, tal como se apresenta hoje, vem sendo aplicada na prática, de forma bastante diversa da teoria! Só estaremos diante de um verdadeiro processo inclusivo, assegurando aos alunos uma real chance de sucesso escolar, quando reunirmos os esforços não só do professor de ensino regular e especial, mas também dos técnicos de ensino envolvidos neste processo e também quando pudermos contar com o apoio da família e da comunidade. Muitos dos pais destes alunos inclusos esperam que as escolas permaneçam com a responsabilidade de educar seus filhos, quando o mais adequado seria uma educação em conjunto com a família, a escola especial e a escola de ensino regular.

Uma vez que o portador de surdez permanece na escola especial, este tem maiores chances de desenvolver sua linguagem, de ser estimulado adequadamente e mesmo encontrar um apoio dirigido em suas atividades curriculares do ensino regular.

O mais importante neste processo todo, no entanto, é lembrar que o aluno portador de necessidades educativas especiais, sejam elas auditivas ou mesmo de outra natureza, deve ser tratado por todos sem distinções e ter as mesmas oportunidades educativas e sociais que seus colegas ouvintes.

As dificuldades de um aluno surdo inserido em uma classe regular realmente são grandes e acentuam ainda mais os problemas que os professores enfrentam com os alunos. Estes se sentem muito hesitantes diante da melhor atitude a tomar na educação de um aluno cujas necessidades são bastante específicas. Não se pode esquecer que os alunos da rede pública de ensino, independente de serem portadores de alguma necessidade educativa em especial, já chegam à escola com inúmeras dificuldades de ordem emocional e financeira.

Deve-se levar em conta que o processo inclusivo traz vantagens tais como possibilitar ao portador de surdez adaptar-se com mais facilidade à sociedade em que está inserido. Além disto, os alunos ouvintes adquirem uma grande oportunidade de aprender e aceitar um aluno cujas características e necessidades diferem das apresentadas por eles próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS, Flávio. *“Educar é Integrar”*. Curitiba, 1998
- BRITO, Lucinda Ferreira. *“Integração social & Educação de surdos”*. Rio de Janeiro, 1993.
- BUENO, José Geraldo Silveira. *“Educação Especial Brasileira”*. São Paulo, EDUC, 1993.
- CORREIA, Luís de Miranda. *“Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares”*. Portugal, Porto Editora, 1997.
- DIAS, Sylvania Maia & STROBEL, Karin Lilian (org.). *“Tipos de Surdez”*. Rio de Janeiro, organizadoras, FENEIS, 1995.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. *“Linguagem, Surdez e Educação”*. São Paulo, Editora Autores Associados, 1996.
- LDB (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL) – Lei Nº 9.394/96.
- LEAL, Deizi de Souza. *“A Integração do Deficiente Auditivo – Uma orientação ao Professor de Ensino Regular.”* Curitiba, Monografia – Universidade Federal do Paraná, 1985.
- LEI DA CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) – Lei Nº 9.393/96.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. “*Subsídios para a formulação da Política Nacional de Educação Especial*”. Brasília, 1993.

MIRANDA, Roseli Costa. “*A psicologia do indivíduo surdo & Por uma psicologia da diferença*”. Belo Horizonte, CEDUS, 1993.

MIRANDA, Roseli Costa. “*Integração Social do Deficiente Auditivo*”. Belo Horizonte, CEDUS, 1993.

PERLIN, Gladis Teresinha T. & QUADROS, Ronice Muller de. “*Educação de Surdos em Escola Inclusiva?*” Rio de Janeiro, FENEIS, 1995.

PIPLIACAMPO, Renato. “*A falsa integração dos surdos na Itália.*” Curitiba, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. “*Integração do Portador de Deficiência na Sociedade.*” Apostila utilizada na Curso de Especialização em Deficiência Mental da U. T. P. , Curitiba, 1997.

SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA SURDEZ. Faculdade de Medicina de São Paulo, Sociedade Brasileira de Otologia e Fundação Otorrinaringologia, novembro, 1997.

SISTI, Danielle de. “*Programa apóia portador de deficiência*”. JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 1998.

STRINGUETO, Kátia. “*Aprender no silêncio*”. REVISTA ISTO É, São Paulo, 1998.

STROBEL, Karin Lílian. “*Aspectos lingüísticos de LIBRAS.*” SEED/DEE, 1996.

ANEXO I

Entrevista com os alunos portadores de necessidades educativas especiais de carácter auditivo.

NOME:

IDADE:

DATA DE NASCIMENTO:

SURDEZ:

Escolas que frequenta:

Repetente Sim () Não ()

Qual série?

Quantas vezes?

Se egresso do ensino regular:

Que escolas frequentou?

Respondeu o questionário através de:

LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais):

Comunicação mista:

Escrita:

1. Que escola você frequenta?

2. Quantos professores você tem? Você sabe o nome deles?

3. Você tem amigos ouvintes na escola? Estes alunos entendem você?

4. O que mais você gosta na sua escola? O que você não gosta?

5. Você entende o que a professora fala? Ela entende quando você fala?

6. Qual a matéria mais fácil para você? E qual a mais difícil?

7. Como você gostaria que a professora explicasse a matéria?

8. O que é uma escola ideal para você?

9. Qual a diferença entre escola de surdos e a escola de ouvintes?

10. Qual a profissão que pretende seguir?

ANEXO II

Entrevista com os pais dos alunos portadores de necessidades educativas especiais de caráter auditivo

1. Como você se comunica com seu filho?

2. Como seu filho se comunica com os vizinhos?

3. A família tem o hábito da leitura? O que lêem?

4. Como você vê a inclusão de seu filho no ensino regular?

5. Qual a orientação que você recebeu sobre o processo que seu filho passaria durante a inclusão?

6. Você sabe como a inclusão é feita, se existe algum tipo de assistência especial?

7. Para você qual é o papel da escola?

8. Para você o que é uma escola ideal para seu filho?

9. Qual a orientação que você dá a seu filho sobre seu futuro profissional?

10. Na sua opinião, seu filho ingressará na Faculdade?

ANEXO III

**Entrevista com as coordenadoras pedagógicas de Educação Especial da Prefeitura do
Município de Araucária**

1. A partir de que data sua escola tornou-se inclusiva?

2. Quais os princípios norteadores da proposta de inclusão?

3. Dentro da sua escola, como se dá a discussão da integração?

4. Quantos alunos portadores de N.E.E. de caráter auditivo estão matriculados em sua escola?

5. Como sua escola prepara os professores?

6. O professor recebe orientação quando tem inserido em sua sala o P.N.E.E.?

7. Como é feita esta orientação? O que é orientados? Leitura de que tipo? Discussão teórica? Quais os temas tratados nessa orientação?

8. Existe um acompanhamento na inclusão do aluno portador de surdez durante o ano?

9. Esse acompanhamento é:

Semanal () mensal () bimestral () anual ()

10. A escola (as) está (ao) preparada (s) para receber o aluno portador de surdez? Por que?

11. Você acha que é uma escola integradora?

12. Existe uma forma diferenciada de avaliação para o aluno portador de surdez?

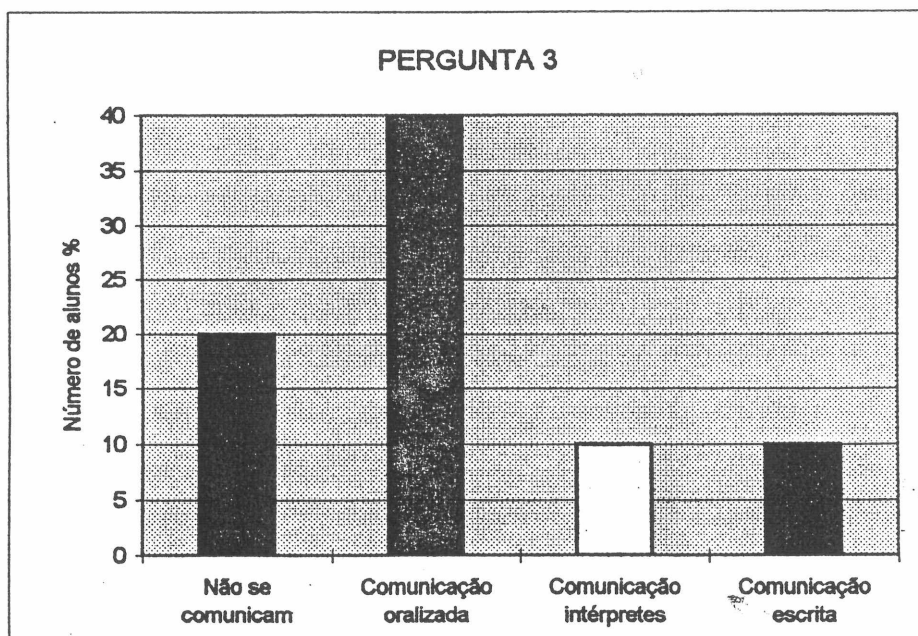
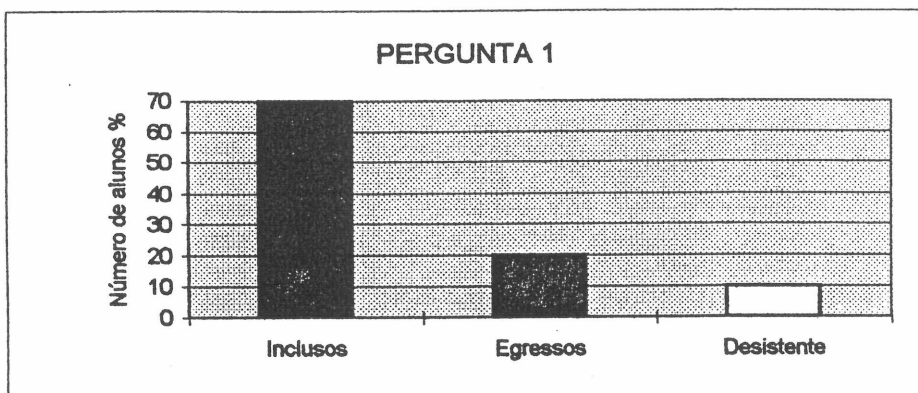
13. Quais são as dificuldades encontradas com a inclusão?

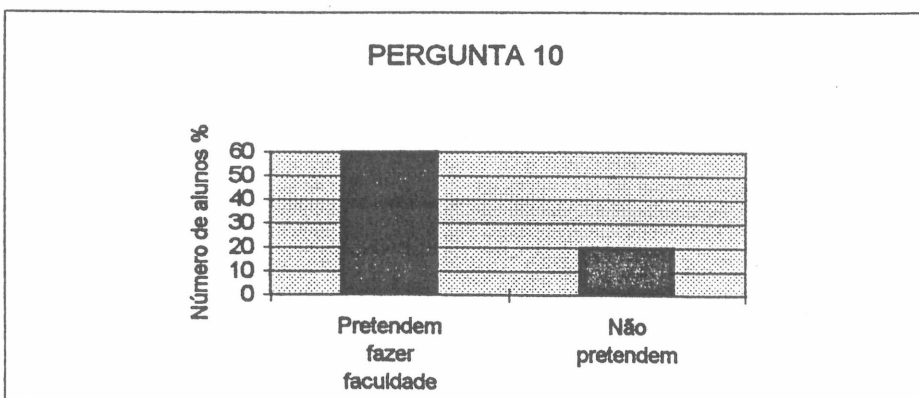
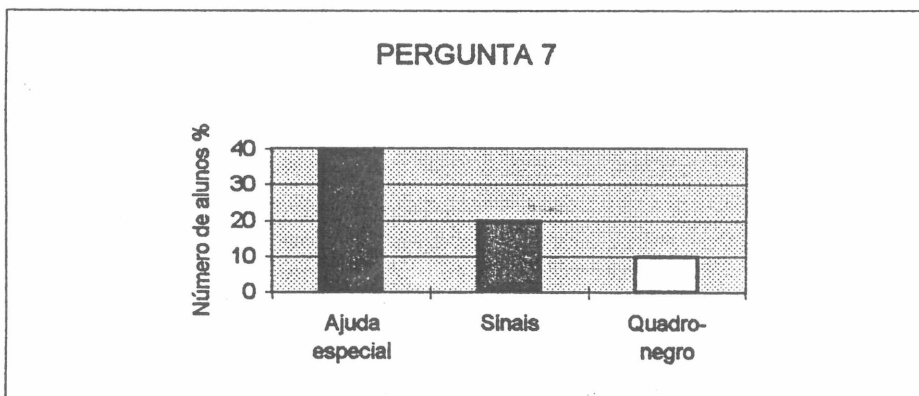
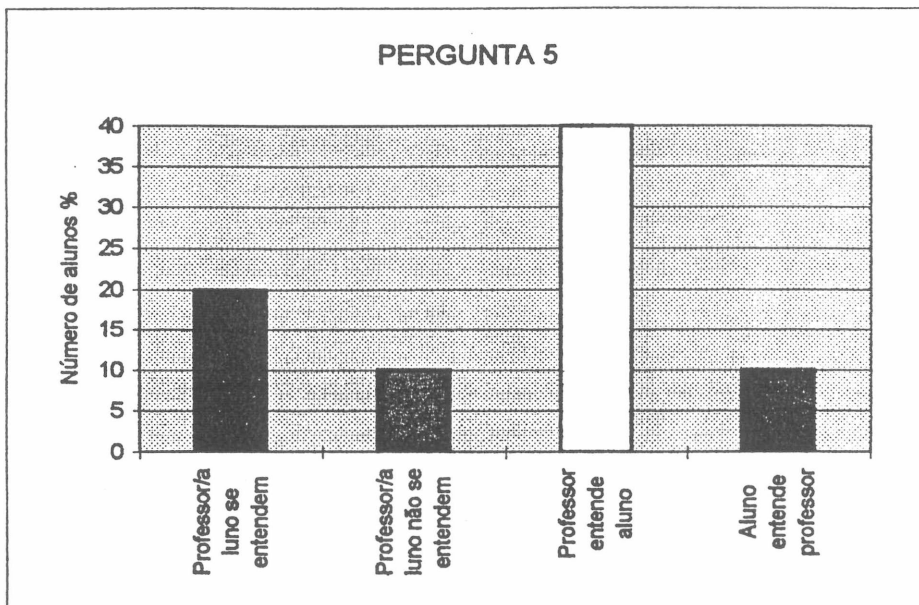
14. Como você avalia as posturas dos professores diante da inclusão?

15. Qual a sua posição em relação à proposta de inclusão?

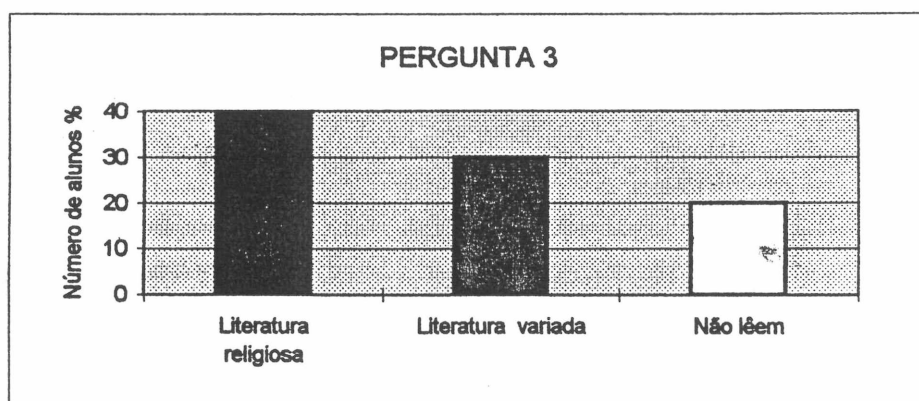
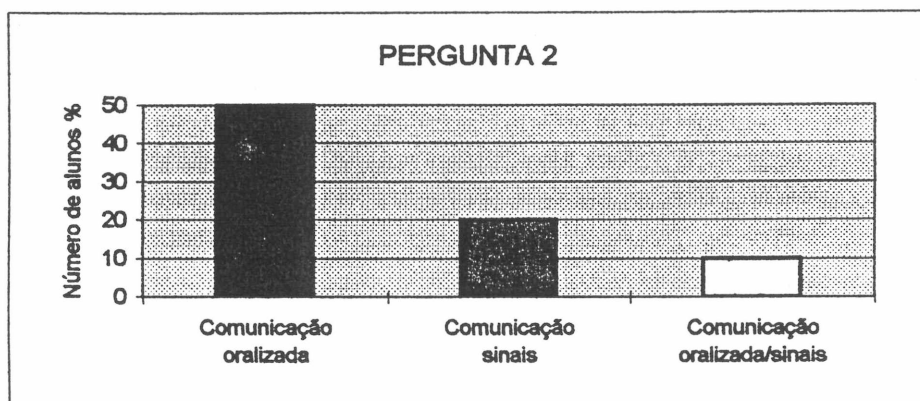
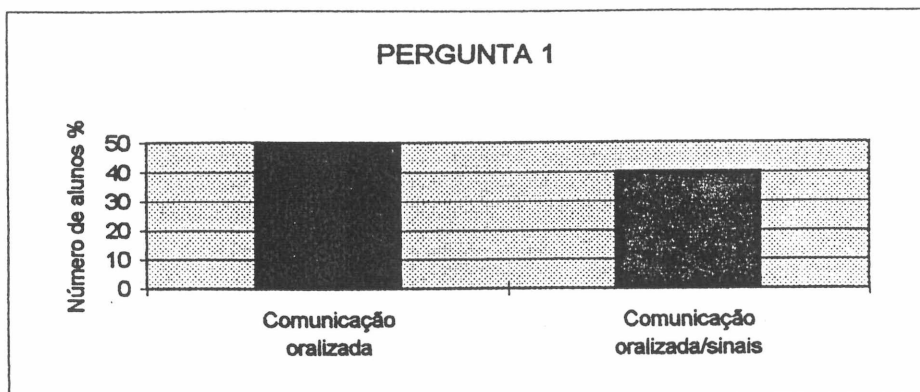
ANEXO IV

GRÁFICOS REFERENTES ÀS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS





GRÁFICOS REFERENTES ÀS ENTREVISTAS COM OS PAIS



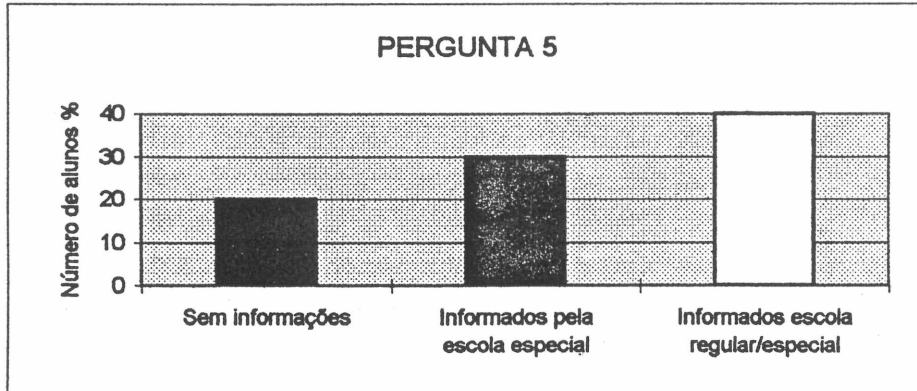
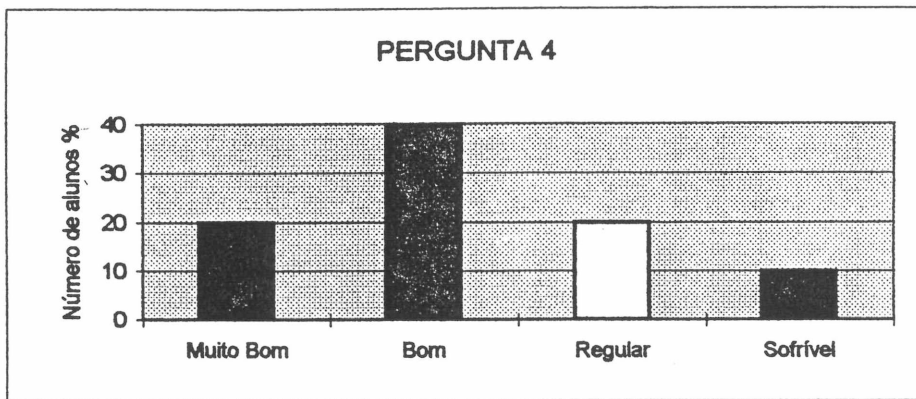


TABELA II – HISTÓRICO FAMILIAR E PESSOAL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS NESTA PESQUISA						
Nome	Faixa etária	Perda Auditiva	Instituição de ensino	Instrução dos Pais	Profissão dos Pais	Renda
Ana	12 anos	Sensório-neural severa bilateral	* Escola Municipal Juscelino K. de Oliveira	Pai: 5ª série 1º grau Mãe: 2ª série 1º grau	Pai: Vigia noturno Mãe: cozinheira	3 salários mínimos e meio
Beatriz	12 anos	Moderada bilateral	*	Pai: 3ª série 1º grau Mãe: 4ª série 1º grau	Pai: operador de máquinas Mãe: auxiliar de cozinha	2 salários mínimos
Antonio	8 anos	Sensório-neural moderada	*	Pai: 4ª série 1º grau Mãe: 2ª série 1º grau	Pai: pintor Mãe: do lar	2 salários mínimos
Dumas	14 anos	Profunda Bilateral	*	Pai: 4ª série 1º grau Mãe: 4ª série 1º grau	Pai e Mãe: comerciantes	5 salários mínimos
Elza	16 anos	Profunda bilateral	*	Pai: 2ª série 1º grau Mãe: 2ª série 1º grau	Pai: segurança Mãe: Costureira	3 salários mínimos
Fábio	10 anos	Moderada direita, Severa esquerda	*	Pai: 5ª série 1º grau Mãe: 2ª série 1º grau	Pai: Pedreiro Mãe: do lar	2 salários mínimos e ½
Pedro	13 anos	Severa bilateral	*	Pai: superior Mãe: 1º grau completo	Pai: publicitário Mãe: desconhecida*	6 salários mínimos
Mário	13 anos	Profunda bilateral	*	Pai: 2º grau completo Mãe: superior	Pai: securitário Mãe: professora	11 salários mínimos
Francisco	7 anos	Sensório-neural moderada e severa bilateral	*	Pai: 2º grau completo Mãe: 4ª série 1º grau	Pai: Policia Militar Mãe: do lar	5 salários mínimos
Alex**	10 anos	Sensório-neural severa bilateral	*	Pai: 2ª série do 1º grau Mãe: 2ª série do 1º grau	Pai: desconhecido Mãe: doméstica	1 salário mínimo

* O aluno mora com o pai e o avô, uma vez que a mãe abandonou o lar ao descobrir a surdez do filho.

** O aluno vive com a mãe, separada do pai.